

A Globalização, o Estado-Nação e a Profissão Militar¹

Sérgio R. D. Morgado

Matéria extraída de conferência proferida, pelo autor, no Instituto de Estudos Avançados da USP, em 8 de novembro de 1996, e divulgada em "Idéias Liberais" (1997, Ano IV, nºs 66 e 67) do Instituto Liberal de São Paulo.

GLOBALIZAÇÃO

A temática da *Globalização* tem sido o ponto de referência para a análise dos caminhos do mundo em direção ao Século XXI. Ela tem gerado uma quase histeria que toma conta da intelectualidade dessa virada de século, como se tratasse de um momento místico em que uma catarse fosse acontecer, preparando o ser humano para os novos tempos. Um geomalthusianismo centrado na explosão tecnológica,

para ser coerente com o pensamento pós-moderno.

Vejo a Globalização como um processo evolutivo da Humanidade. Penso que ele se desenvolve em função de uma estupefaciente evolução tecnológica que caracteriza a revolução cibernética, a qual modifica, de forma exponencial, nossa vida, nossos valores, nossos interesses, nossas relações.

Não creio que ela deva ser entendida meramente como uma etapa a mais no longo processo de evolução do sistema de mercado mundial, mas concordo que se apóia em mitos tais quais o da ausência de mecanismos de poder internacional, ou que irá redistribuir automaticamente a riqueza mundial via integração econômica

global ou, ainda, que promoverá a livre internacionalização dos fatores de produção, permitindo que a mão-de-obra migre livremente pelo mundo em busca de melhores salários e bem-estar.²

A Globalização envolve as relações de poder entre nações, instituições, e pessoas; pressupõe a solução de contenciosos entre interesses convergentes e contrários, nem sempre resolvidos de maneira pacífica e harmônica.

Não foi sem razão que Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo, citando Oskar Lafontaine,³ lembra que *se o socialismo é incapaz de oferecer esperanças, oferecendo meramente protestos ecológicos ou anti-institucionais, falhará na*

General-de-Brigada, Diretor de Assuntos Culturais.

Selecionado pelo PADECEME

Ronaldo M. Sardenberg in "OESP", 25.8.96.

FHC in "O Brasil e a Economia Global", Boletânea. Ed. Campus, 1996.

preparação do caminho para uma mudança que não se limite a mentalidades e ideologias, mas que represente um instrumento político para dias melhores. Concluí, então, que o novo socialismo deve se basear em justiça social e liberdade, rendendo-se à supremacia do mercado, sem aceitar, contudo, a sua lógica. Assinala, também, que a sobrevivência será fruto dessa associação entre justiça social e liberdade, num ambiente de sociedades pós-industriais, descentralizadas e poliarquizadas.

É um exercício interessante cruzar a teoria com a prática. Pois nos informa Maria da Conceição Tavares⁴ que o Fórum sobre globalização do investimento direto patrocinado pela UNCTAD, em Genebra, deixou claras as divergências entre países em desenvolvimento e o grupo da OCDE, a respeito de um tratado que liberalize a entrada de investimentos estrangeiros em qualquer espaço nacional.

O Fórum mostrou que existe um desequilíbrio brutal na distribuição desses

investimentos, favorecendo os países mais desenvolvidos e mais protecionistas em matéria de comércio.

Esse simples fato mostra a importância da capacitação para atuar num ambiente de intenções difusas e dissimuladas, geradas pelas incertezas que definem essa etapa do processo de globalização. Faço essa observação porque creio que o interesse primeiro das pessoas, e como tal, por serem normalmente gregárias, das organizações ou instituições a que pertençam, ou dos povos ou nações que constituam, como seres humanos, será sempre a busca da felicidade, entendendo felicidade como o atingimento ou a manutenção desses interesses.

Trago à consideração o tema da capacidade porque desde logo desejo me situar ideologicamente, afirmando que não acredito em doutrina de convivência que tenha na igualdade a sua idéia força. Só acredito na igualdade como uma utopia que presente um farol no infinito, para onde devemos caminhar.

Minha crença é na liberdade e na individualidade do ser humano, como base de uma doutrina que tenha, no

respeito a essas características, as referências nas suas relações com o seu semelhante e, portanto, deve buscar definir direitos e deveres que lhe permitam a melhor convivência na busca da felicidade.

É papel da política buscar a harmonia nessa busca de capacidades, que terá de considerar duas outras percepções nesse processo de globalização: a globalização da informação (ou do conhecimento) e o seu corolário, a globalização cultural.

Aqui aparece, em teoria, o grande desafio do nosso tempo. Volto a Fernando Henrique Cardoso:⁵ ... *o mundo pós-industrial motivou uma nova onda libertária, propelida por um tipo de 'pessimismo angustiado' que, por sua vez, foi trazido por certa ansiedade existencial sobre a real possibilidade do fim do mundo (ou, ao menos, da humanidade), imposto pelo terror nuclear e pela destruição ambiental. Somou-se ao protesto ecológico (que, em muitas de suas dimensões, era antimoderno, também temeroso do progresso técnico e incrédulo das razões do Estado, se não da Razão) um espírito anti-institucional, já evidente nas revoltas dos campi*

⁴ MCT in "As Armadilhas da Globalização", FSP, 20.10.96.

⁵ *Ibidem*...

universitários de 1968 em todo o mundo. Dessa atmosfera político-emocional, emergiram as novas correntes intelectuais: o pós-modernismo; a fragmentação do conhecimento (e do mundo); descrédito na tradição do racionalismo, que deu origem não só ao liberalismo, mas também a várias versões da crítica socialista.

Eu diria que é essa eração que detém o poder, hoje, no controle da mídia, da produção da informação e do conhecimento, e no da construção, produção e diluição da cultura, nas partes do mundo e nos segmentos da sociedade onde esse processo se faz mais intenso. No caso do Brasil, esse fato particularmente poten-

ciado por características marcantes do nosso povo: o individualismo e o imediatismo, e, mais ainda, por um despreparo educacional e cultural.

A globalização, na sua marcha em direção ao novo milênio, enfrentará as resistências de valores religiosos étnicos, levando a previsões como as de Samuel Huntington que compõe cenários onde as Civilizações,

caracterizadas por blocos culturais, entrarão em choque.

O *gap* e o *apartheid* tecnológicos são outros vetores fundamentais para a compreensão desses cenários. A posse e a capacidade de uso do arsenal farão a diferença na composição do quadro de relações a serem

O "gap" e o "apartheid" tecnológicos tornaram-se os instrumentos da estratégia de ação psicológica que legitimam, política, econômica e moralmente, o exercício hegemônico do poder

estabelecidas entre os diferentes atores participantes do processo.

Jean-Marie Ghéhenno, diplomata francês, em seu inquietante livro "O Fim da Democracia",⁶ ao analisar o processo de descolonização que teve curso ao longo do Século XX, trata da relação entre indepen-

dência e liberdade, sugerindo que nem sempre a independência trouxe a liberdade, pois as nações descolonizadas caíram em outra servidão imposta pelos Organismos Internacionais, que protegem os interesses das grandes nações desenvolvidas.

Se isso era verdadeiro na metade do século, hoje, com o processo de globalização, se exacerbava. O *gap* e o *apartheid* tecnológicos tornaram-se os instrumentos da estratégia de ação psicológica que legitimam, política, econômica e moralmente, o exercício hegemônico do poder e estão gerando um processo de descapitalização humana, econômica, territorial e cultural nos países não desenvol-

vidos.

Esses aspectos nos convidam a meditar sobre a formatação que está em andamento nesse mundo em processo de globalização.

Qual deveria ser, então, a atitude dos cidadãos de países como o Brasil? Meros espectadores em estado de passividade?

⁶ Ghéhenno, Jean-Marie, O Fim da Democracia, Bertrand Brasil, 1994.

O ESTADO-NAÇÃO

Será que a tecnologia nos colocou, finalmente, diante da projetada aldeia global que a mente de McLuhan antecipou e, talvez, ajudou a induzir?

Essa questão tem fascinado os pensadores contemporâneos e, qualquer que seja a sua formação, credo, ideologia ou interesse, tem gerado um produto comum: a incerteza. Uma incerteza que inclui até a definição das origens das organizações que nos acolhem e dirigem a nossa convivência.

Para ter uma referência, me socorri do Padre Fernando Bastos D'Avilla, e da sua "Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo".⁷ Padre D'Avilla, na sua relação entre Estado e Nação, ensina que o sentido moderno de Nação aparece depois da Revolução Francesa, em oposição ao sentido patrimonial do antigo regime e a define como *uma consciência de unidade étnico-social que nos solidariza em interesses comuns e no mesmo destino*

histórico. Para ele trata-se de um conceito sociológico, que implica conotações de caráter organizacional, administrativo e político.

Essa observação relaciona a Nação com o Estado, que segundo Padre D'Avilla, tem sua origem última na própria natureza social do homem, pela qual, desde os tempos mais remotos, procurou se associar aos seus semelhantes.

É a complexidade dessa relação que vem definindo o papel do Estado na sua função de ordená-la jurídica, institucional e socialmente. Assim, define o Estado como uma instituição de direito natural, e como tal, sujeito de direitos e deveres que decorrem dessa condição. Afirma que os deveres do Estado se resumem na sua função fundamental que é a de promover o bem comum, e que lhe incumbe a obrigação de criar as condições materiais, institucionais, culturais e morais necessárias para garantir, a todos, as possibilidades concretas de atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade humana. Arremata concluindo que o Estado pode ser tudo aquilo ou só aquilo que é necessário para o bem comum.

Guéhenno,⁸ que preconiza o seu fim, o vê surgindo dos escombros do Império Romano. É de opinião que cerca de quinze séculos depois, estamos às portas de uma nova era "imperial" num mundo cada vez mais unificado e sem centro. Um mundo onde a sociedade de homens se tornou grand demais para formar um corpo político, onde os cidadãos são cada vez menos uma entidade capaz de expressar uma soberania coletiva, porque são meros sujeitos jurídicos, titulares de direitos e submetidos a obrigações, num espaço abstrato onde os limites territoriais são cada vez menos precisos. Um mundo onde a natureza do poder está mudando. E avisa: *Aí vem o quarto império: ao mesmo tempo duro e frágil, mais próximo a Roma e ao mundo antigo, nascido dos escombros da ideologia.*

Na sua opinião estamos entrando na idade dos sistemas abertos, a era das redes, onde não são as instituições que criam o sentimento de pertencer, mas é o sentimento de pertencer que torna as restrições institucionais aceitáveis. Uma idade pós-nacional que pode ser qualificada de imperial, na me-

⁷ D'Avilla, Fernando Bastos, Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo, MEC/FENAME, 3ª Edição, 1978.

⁸ Guéhenno, Jean-Marie, Ibidem,...

dida em que, como no Império Romano, sua "fronteira" não é mais constituída por uma linha que divide um espaço e separa os homens, uma linha que confronte soberanias. Um mundo de relações onde importe menos o exercício da soberania e importe mais a definição de regras para cada caso específico, onde a compatibilidade, e não a geografia, é a regra; onde a norma não expressa a soberania, mas se transforma num redutor de incertezas. Esse mundo relacional, segundo ele, será dirigido por uma lógica relacional que estará sempre a questionar as fronteiras do espaço de direito, considerando que este facilitar de transações num determinado espaço não deve complicá-las quando os limites desse espaço forem ultrapassados. Um mundo onde nenhum espaço de direito é delimitado e, não sendo neutro ou homogêneo, gera permanentes desequilíbrios. Um mundo onde a informação permanece como a base do poder, mas onde a sua natureza não muda, porque o seu valor é o do intercâmbio. Um mundo onde a estrutura hierárquica piramidal que estabelecia a capacidade de controlar e coman-

dar vai ser substituída por uma estrutura de difusão de poder, de conexões múltiplas e onde ser poderoso é ter contato e relacionamento, e onde o poder se define pela influência e não pelo domínio. Um mundo onde o poder não consiste mais em saber, mas em ser um elo entre aqueles que sabem.

No mundo imaginado por Ghéhenno, *a partir do momento em que, efetivamente, a organização em rede tem ascendência sobre a estrutura piramidal da idade institucional, a partir do momento em que não existe mais centro, então uma das principais razões de ser da grande organização deixa de existir: não se trata mais de impor de cima para baixo uma direção comum, mas, de forma mais sutil, de gerenciar identidades e assegurar compatibilidade entre estas e outras identidades.* Conclui que na área política tal constatação terá consequências decisivas, porque não se tratará de concentrar cada vez mais poder em entidades políticas cada vez maiores, mas simplesmente de organizar a compatibilidade, de preparar a convergência, estabelecendo processos de ela-

boração de regras, ao invés de construir soberanias.

Esse novo tempo caracterizará a era onde imperarão as grandes organizações, que prepararão o advento de um mundo eminentemente fluído, cuja estabilidade não dependerá mais das instituições, mas sim da maneira pela qual as mudanças são difundidas, desta capilaridade de microdecisões que impede tanto as rupturas quanto a imobilidade. Mundo tão mais estável pelo fato de ser mais flexível, mundo que deve ser pensado segundo os parâmetros da biologia e não da física: mundo de regras, antes de princípios. Tal é o mundo de Guéhenno!

Se assim pensa o autor francês, por outros cenários caminham outros estudiosos e ensaístas do futuro. É o caso de Kenichi Ohmae, renomado estrategista de negócios japonês, que, em seu mais recente livro "O Fim do Estado-Nação",⁹ afirma que na medida em que a indústria, os investimentos, os indivíduos e a informação fluem livremente através das fronteiras na-

⁹ Ohmae, Kenichi, *O Fim do Estado-Nação*, Ed. Campus, 1996.

cionais, os conceitos básicos adequados a um modelo do mundo de países fechados do século XX não mais se sustentam, tornando obsoleto o papel dos Estados-Nações. Qualificam-se para participar, então, do fórum global, unidades geográficas mais apropriadas, às quais denominou de "Estados-Regiões". O que define essas unidades não é a localização de suas fronteiras políticas, mas o fato de terem o tamanho e a escala corretos para serem as verdadeiras unidades de negócios da economia global de hoje em dia.

Na mesma linha de raciocínio da multipolaridade do poder está Jacques Perruchon de Brochard que, no seu "A Miragem do Futuro",¹⁰ também adota a tese da regionalização, porém de forma diferente e por outros motivos.

Para Brochard, a nova partilha do mundo, à semelhança do que aconteceu em Yalta e em Bretton Woods, foi novamente decidida por quatro grandes, em Genebra, em 1985, engendrando um novo plano geopolítico, a

que convencionaram chamar de "Uma Nova Ordem Mundial". Esse plano, segundo ele, decorre da frequente ameaça de uma guerra nuclear, da falência dos ideais filosóficos, religiosos e políticos, da dimensão da dívida externa dos países subdesenvolvidos e da fragilidade do dólar e das economias de todo o mundo, causada pela emissão exagerada de moedas verdadeiras ou falsas e pelo comércio exterior ilícito mundial. EUA, Rússia, Japão e Alemanha decidem dividir o mundo em quatro zonas, levando em conta fatores econômicos, políticos e militares. Estranhas previsões calcadas em estudos geopolíticos, onde ele superpõe zonas de influência econômica sobre zonas de influência política e, sobre estas, zonas de influência militar, definindo então as quatro grandes regiões em que se dividirá o mundo.

Um outro francês, Jean-Christophe Rufin,¹¹ também em 1991, apresenta um cenário da Nova Ordem calcado em nova dicotomia. Não

mais o conflito Leste-Oeste, o da ideologia, o da igualdade contra a liberdade que agora a nova dicotomia tem como novo eixo, o Norte-Sul, a riqueza versus a pobreza. Ele trata da suposta defesa da democracia contra a imigração e a AIDS.

O professor inglês Paul Kennedy, festejado autor de "Ascensão e Queda das Grandes Potências", também incursiona pelo futuro com a obra "Preparando para o Século XXI".¹² Ele trata das forças que estão mudando o mundo e analisa as formas de como a sociedade deve preparar-se para entrar no novo milênio.

Paul Kennedy analisa o crescimento populacional, a transformação ambiental, a biotecnologia, a tecnologia das comunicações e os grandes mercados financeiros mundiais e o seu impacto na sociedade. Sua preocupação maior é como a nossa Terra poderá manter uma população de 10 bilhões de pessoas que devoram recursos ao ritmo em que o fazem as sociedades mais ricas hoje. Ele se refere aos danos irreparáveis às florestas, aos mananciais, aos oceanos, à fauna e à flora. Por isso relaciona o crescimento demográfico ao ambiente.

¹⁰ De Brochard, Jacques Perruchon, A Miragem do Futuro, Ed. Nova Fronteira, 1991.

¹¹ Rufin, Jean-Christophe, A Europa e os Novos Bárbaros, Ed. Record, 1991.

¹² Kennedy, Paul, Preparando para o Século XXI, Ed. Campus, 1993.

Percebam os leitores que a maior parte dessas obras que acabo de citar referenciam-se a estudos realizados num tempo em que os fatores modificadores de cenários estavam em outro estágio evolutivo. Basta lembrar da Internet e das redes de televisão a cabo e sua proliferação pelo mundo. Ou da ascensão econômica da China no cenário mundial, projetando-se como uma das principais potências emergentes do novo século. Mas é interessante lembrar que a China hoje tem que alimentar um bilhão e duzentas mil pessoas, 20% da população do planeta, com apenas 7% das terras agricultáveis e, embora possua um gigantesco território, 60% dele são ocupados por montanhas e desertos. Tem uma carência de 18 milhões de pés cúbicos de água por dia.¹³

Uma última premissa a considerar na formatação do mundo é a questão da fidelidade sob o ponto de vista da nacionalidade – portanto, uma questão de valores. Como hoje, virtualmente, cidadãos do mundo (os que não podem). Seja pelos cabos

de fibra ótica, seja pelas asas supersônicas que cruzam os céus, seja pelo uso dos milhares de satélites que ligam, informam, vigiam ou espionam do espaço. Um bom profissional pode dar consultoria a qualquer lugar do mundo, sem sair de casa. E já pode morar onde deseje sem que praticamente lhe falte nada. São as empresas e as cidades virtuais. Alguns, por conveniência, ou interesse, mantêm residência em vários pontos do planeta, e vivem e convivem nesses locais, participando da vida comunitária, com vizinhança e até mesmo, por vezes, cidadania.

Quais são os modelos, ou heróis de nossos filhos? Michael Jordan, Stephie Graff? Por que times torcem? O Barcelona, de Ronaldinho? Ou o Palmeiras, de Djalminha? Quais são seus valores? Qual é a sua herança? Onde estão as suas fronteiras?

Nacionalismos explodem no mundo inteiro. Causam guerras, mortes, destruição. Que tipo de paradoxo enfrentamos nesta virada de milênio?

Então, qual é o jogo? Vamos jogá-lo ou vamos ficar fora dele? Posso ser auto-suficiente? O isolacio-

nismo é uma prática aceitável?

A PROFISSÃO MILITAR

Qual o destino da profissão militar neste mundo transformado pela globalização e pela tecnologia, que tem no *gap* e no *apartheid* as condicionantes mais expressivas para a manutenção do *status quo* e para definir os seus contornos?

Essa é a questão que trago à consideração do leitor, e cujo embasamento procurei colocar para induzir o nosso raciocínio.

Desde o tempo das cavernas, quando o homem se armou de um fêmur para defender os interesses do seu grupo, como aparece naquela cena emblemática do filme “2001 – Uma Odisseia no Espaço”, que o uso da força tem servido de instrumento das sociedades e das civilizações para alcançar ou manter objetivos. A evolução da humanidade determinou a instituição desse poder com base na incapacidade de o ser humano resolver todas as suas questões de forma pacífica ou por arbitragem. E o poder militar tornou-se a “ultima ratio”. E assim será até

Dreyfuss, René Armand, A Época das Complexidades, Ed. Vozes, 1996.

que um poder maior, ou o instinto de sobrevivência, nos leve à utopia da fraternidade perfeita, com a qual, um dia, sonhou Kant.

Não há, pois, crise existencial para a profissão militar. O problema está na forma através da qual a profissão militar vai cumprir o seu papel, no tamanho de suas forças, nos seus objetivos, nas suas missões, na sua organização e nos seus meios. E isso cabe à sociedade a quem ela serve, e da qual faz parte decidir. Mas, para tanto, é preciso que a profissão militar seja mais bem conhecida e mais bem compreendida.

Por deter o monopólio da força e da destruição institucionalizadas, precisa edificar-se sobre valores muito consistentes, que lhe permitam defender ou atuar em busca das aspirações da comunidade a que serve e à qual pertence.

Em 1989, Peter Drucker, escrevendo sobre "As Novas Realidades"¹⁴ lembrava que o dia 15 de novembro de 1988 deveria ser comemorado como um importante marco na história da huma-

nidade. Naquela data, superava-se a marca de 43 anos e três meses sem guerras entre grandes potências, contada a partir de 15 de agosto de 1945, quando aconteceu a capitulação do Japão. Ela superava a marca alcançada pela paz entre o final da Guerra Franco-Prussiana, em 1870, e o início da 1ª Guerra Mundial, em 1º de agosto de 1914. A partir dessa constatação, faz uma análise do problema militar desenvolvendo o tema "Agora que as armas se tornaram contraprodutentes...".

Vamos então aos fatos.

A PAZ NO MUNDO

O Almanaque Mundial, edição de 1992, analisando

o período do término da 2ª Guerra Mundial até a Guerra do Golfo, aponta a existência de cento e duas guerras, conflitos ou intervenções, envolvendo empregados de meios bélicos.

O Almanaque Abril, edição de 1995, com base em critérios do World Priorities, que diz que um conflito deve ser considerado guerra quando envolve um ou mais governos e causa mais de mil mortes por ano, listou quinze guerras em desenvolvimento, a saber: Afeganistão, Angola, Argélia, Azerbaijão, Armênia, Bósnia, Burundi, Chechênia, Geórgia, Iêmen, Ruanda, Saara Ocidental, Somália, Tadjiquistão e Timor. Podemos observar que a maior parte deles é consequência da dis-

AS GUERRAS AMERICANAS NO SÉCULO 20

1990/1991
GUERRA DO GOLFO
LIDERANÇA DA COALIZAÇÃO INTERNACIONAL
CONTRA O IRAQUE

1989/1990
INTERVENÇÃO NO PANAMÁ
PARA REMOVER DO PODER O GENERAL
MANUEL NORIEGA, LEVADO PARA OS EUA E
CONDENADO POR PORTE DE ARMAS

1989/1990
INTERVENÇÃO EM GRANADA
CONTRA UM GOVERNO PRO-CUBANO
PARA SALVAR ESTUDANTES AMERICANOS
QUE ESTARIAM AMEAÇADOS

1982/1983
INTERVENÇÃO NO LÍBANO

1965/1975
GUERRA DO VIETNAM

1965
INTERVENÇÃO NA REPÚBLICA DOMINICANA
O BRASIL PARTICIPOU

1950/1953 - GUERRA DA CORÉIA
1941/1945 - SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
1926/1935 - INTERVENÇÃO NA NICARÁGUA
1918/1924 - INTERVENÇÃO NO HAITI
1917/1918 - INTERVENÇÃO EM CUBA
1917/1918 - PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL
1915/1918 - INTERVENÇÃO NA REPÚBLICA DOMINICANA

1915/1918 - INTERVENÇÃO NO HAITI
1911/1912 - INTERVENÇÃO EM HONDURAS
1909/1916 - INTERVENÇÃO NA NICARÁGUA
1903 - INTERVENÇÃO NO PANAMÁ
1900 - INTERVENÇÃO NA CHINA
1898/1902 - CAMPANHA CONTRA OS REBELDES NAS FILIPINAS



¹⁴ Drucker, Peter F., As Novas Realidades, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1989.

País	Superfície (Mil. Km ²)	Pop. * (Milh. Hab.)	Efetivo FA *		PIB ** (Bil. U\$)	Orçamento FA	
			-	%		(Milh. U\$)	%
Rússia	17.075,2	148,9	1.520.000	1,0	721,2	63.000,0	8,7
Canadá	9.970,6	28,1	70.500	0,2	639,8	8.140,0	1,3
China	9.571,3	1.201,2	2.930.000	0,2	2.978,0	7.480,0	0,3
Estados Unidos	9.372,6	263,1	1.547.300	0,6	6.259,8	263.000,0	4,2
BRASIL	8.547,4	161,3	295.000	0,2	886,3	7.230,0	0,8
Índia	3.287,2	934,2	1.145.000	0,1	1.253,0	8.120,0	0,6
Argentina	2.766,8	34,2	67.300	0,2	270,5	3.140,0	1,2
França	543,9	58,1	409.000	0,7	1.080,0	40.500,0	3,8
Japão	377,8	125,2	239.500	0,2	2.527,0	53.800,0	2,1
Alemanha	356,9	81,1	234.000	0,3	1.344,0	34.020,0	2,5
Itália	310,2	57,8	328.700	0,6	998,9	16.000,0	1,6
Grã-Bretanha	258,2	58,2	236.900	0,4	1.045,0	34.480,0	3,3

Fontes: (*) The Military Balance 95/96(**) Cia. World Factbook

Observemos também como anda o mercado de armamento no mundo.

Dentre os principais exportadores estão aqueles países que compõem os principais organismos de deci-

são do mundo: G7, OCDE, FMI, Conselho de Segurança da ONU, Clube de Paris, o MTCR, entre outros.

Dentre os principais importadores, estão os países envolvidos em conflitos.

Outra conclusão é a de que não há realmente compromisso com o desarmamento mundial. O que está ocorrendo, na verdade, é uma desmobilização pós-Guerra Fria e uma troca de efetivos por tecnologia avançada e de maior letalidade.

E por que isso?

A resposta pode ser encontrada nas entrelinhas do pensamento de chefes militares e políticos de países importantes com estatuto político-estratégico mundial.

Vejamos inicialmente o que disse o General Colin Powell, um ano após a Guerra do Golfo, onde desempenhou as funções de Chefe

MERCADO DE ARMAMENTO

PAÍSES EXPORTADORES DE ARMAS

Em Milhões de Dólares



PAÍSES IMPORTADORES DE ARMAS

Em Milhões de Dólares



Fonte: IHS

Estado-Maior Conjunto, principal função militar no governo americano.

É interessante relacionar essa afirmação com a idéia da inexistência de inimigos que induz à questão *Forças Armadas, Para Que?* É igualmente importante saber

que o General Powell, um republicano, está sendo cogitado para participar da segunda Administração Clinton.

Mas continuemos com os pontos de vista importantes. Vejamos o que disse outro chefe militar proemi-

nente, o General Gordon Sullivan, que era, até a pouco, o Chefe do Estado-Maior do Exército americano, ao se referir à remodelação da Força Terrestre do seu país.

Conheçam também quanto vai custar essa remodelação.

"A AMEAÇA REAL QUE AGORA NÓS ENFRENTAMOS É A AMEAÇA DO DESCONHECIDO, DA INCERTEZA, PORTANTO, A AMEAÇA É A INSTABILIDADE E O FATO DE SE ESTAR DESPREPARADO PARA MANEJAR UMA CRISE OU UMA GUERRA QUE NINGUÉM PREVIU OU ESPEROU."

Gen. COLIN POWELL, U.S. ARMY
CHAIRMAN - JOINT CHIEFS OF STAFF
The National Military Strategy - 1992

UMA VISÃO DO FUTURO

"PARA ALCANÇAR O MÁXIMO DE VERSATILIDADE NO AMBIENTE AMBÍGUO DE HOJE, ESTAMOS ORGANIZANDO UMA FORÇA FUNDAMENTADA EM SUAS CAPACIDADES - UM EXÉRCITO TALHADO PARA SER EFICAZ CONTRA QUALQUER AMEAÇA, EM QUALQUER AMBIENTE."

Gen. GORDON SULLIVAN
Military Review - 1995

ORÇAMENTO AUTORIZADO PARA O DEPARTAMENTO DE DEFESA AMERICANO (EM BILHÕES DE DÓLARES)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Pessoal	69,6	69,8	69,2	70,0	71,1	73,1
Operações e Manutenção	93,6	89,2	88,5	90,0	92,2	95,8
Aquisições	42,3	38,9	45,5	50,5	57,7	60,1
Pesquisa e Desenvolvimento	34,9	34,7	35,0	33,7	31,9	31,7
Construção	6,9	5,3	4,7	4,6	4,1	4,1
Residências	4,3	3,9	3,8	4,1	4,1	4,1
Fundos e Outros	0,2	0,8	1,5	1,3	0,5	0,6
TOTAL	251,8	242,2	248,1	254,2	261,6	269,5

Fonte: Armed Forces Journal

Agora, conheçamos o pensamento do Presidente Jacques Chirac. Discursando na Escola Militar, em Paris, no início deste ano, na abertura dos trabalhos escolares, ele começa por lembrar que *a força armada é um corpo vivo que evolui ao ritmo das missões que a nação lhe confia, adaptando-se às exigências de sua segurança, às ambições de seu povo, às dificuldades de seu meio ambiente.* E também lembra De Gaulle, em 1932, quando escreveu *nós não devemos conservar o Exército a que estamos acostumados, mas construir o Exército de nossas necessidades.* Então afirma: *Nossas fronteiras estão em paz, mas o mundo próximo de nós ainda não está. Uma velha e grande nação como a nossa não pode se abandonar, não tem o direito de abaixar sua guarda. Ela deve contar com sua força armada para sustentar seus engajamentos, mas também para sustentar a missão que a História lhe legou. Hoje, nós devemos, uma vez mais, nos adaptar ao mundo tal como ele é, e não como nós o desejamos... Senhoras e Senhores, a França espera de suas For-*

ças Armadas, como no passado, que elas garantam a proteção aos seus interesses vitais, o respeito de seus engajamentos internacionais e que elas lhe permitam assumir os deveres que lhe impõem suas responsabilidades particulares. E arremata:

**“... O TEMPO DE INTERROGAÇÃO
JÁ PASSOU. NÓS DEVEMOS
AGIR TODOS EM CONJUNTO
PARA QUE A FRANÇA
ENTRE NO SÉCULO XXI
MAIS FORTE E
MAIS RESPEITADA.”**

JACQUES CHIRAC
Presidente da França
(Abertura do Ano Letivo
na Escola Militar - 1996)

No dia 25 de abril de 1991, numa reunião conjunta do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, realizada em Washington, o Sr. Robert McNamara, ex-Secretário de Defesa dos EUA e ex-Presidente do Banco Mundial, apresentou um “paper” intitulado “O Mundo Pós-Guerra Fria e suas implicações nos Organismos Militares dos países em desenvolvimento”. Esse documento, que passou a ser conhecido como *Doutrina McNamara*, propõe a virtual eliminação

das Forças Armadas dos países em desenvolvimento para que dirijam seus recursos para suas necessidades econômicas. Sugere a criação de um Exército supranacional, sob direção do Conselho de Segurança das Nações Unidas encabeçado pelos EUA.

Essa proposta com substancia um plano dos estrategistas da “Nova Ordem Mundial”, e claramente mostra a intenção de enfraquecer as soberanias nacionais. No que se refere à América Latina, diminuindo o poder de suas Forças Armadas, propiciaria o saque de seus recursos naturais e a alienação de seu patrimônio estratégico.

John Kenneth Galbraith, conhecido pensador social democrata norte-americano em livro recentíssimo,¹⁵ busca os parâmetros que permitam a construção de uma sociedade justa. No capítulo referente ao poder militar a ser instituído por essa sociedade ele observa que esse poder continua controlando para os próprios propósitos recursos que, se usados no apoio à ren-

¹⁵ Galbraith, John Kenneth, *A Sociedade Justa*, Ed. Campus, 1996.

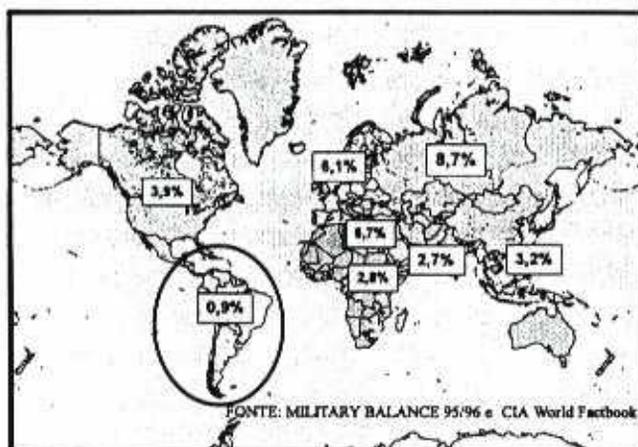
básica, na criação de empregos, em habitações e na atenção aos toxicômanos, agravariam a crise nas áreas pobres dos centros das cidades.

Estaria Galbraith sonhando com utopias ou estaria se ajustando ao pensamento de McNamara? Fala-se em pacifista ou pensador estratégico?

O BRASIL E A PAZ

O continente sul-americano é a região mais pacífica e desarmada do nosso planeta. Senão, vejamos:

PERCENTUAIS DOS PIB REGIONAIS GASTOS COM DEFESA



América do Sul (Gastos Militares)

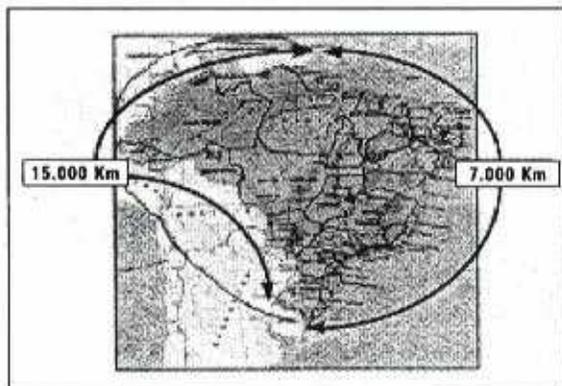
País	Superfície (Mil. Km ²)	Pop. * (Milh. Hab.)	Efetivo FA *		PIB ** (Bil. U\$)	Orçamento FA *	
			-	%		(Milh. U\$)	%
BRASIL	8.547,4	161,3	295.000	0,2	886,3	7.230,0	0,8
Argentina	2.766,8	34,2	67.300	0,2	270,5	3.140,0	1,2
Peru	1.285,2	23,6	115.000	0,5	73,6	784,0	1,1
Colômbia	1.141,7	35,1	146.400	0,4	172,4	923,0	0,5
Bolívia	1.098,5	8,1	33.500	0,4	18,3	136,0	0,7
Venezuela	912,0	21,8	79.000	0,4	178,3	890,0	0,5
Chile	756,6	14,2	99.000	0,7	97,7	1.170,0	1,2
Paraguai	406,7	4,9	20.300	0,4	15,4	107,0	0,7
Equador	272,0	11,7	57.100	0,5	41,1	550,0	1,3
Guiana	214,9	0,8	1.600	0,2	1,4	7,0	0,5
Uruguai	176,2	3,1	25.600	0,8	23,0	302,0	1,3
Suriname	163,2	0,4	1.800	0,4	2,8	12,0	0,4
G. Francesa	91,0	0,1	-	-	0,8	-	-

Fontes: (*) The Military Balance 95/96 (**) Cia. World Factbook



PRESERVAÇÃO DOS INTERESSES VITAIS DO BRASIL

- 1ª REFERENCIAL FIXO → INTEGRIDADE TERRITORIAL
UNIDADE NACIONAL
PATRIMÔNIO CULTURAL
- 2ª CONTINENTALIDADE → SOLO
SUB-SOLO
- 3ª ESPAÇO AÉREO SUPERIOR → COMUNICAÇÕES
SENSORIAMENTO
REMOTO
- 4ª MARITIMIDADE → PLATAFORMA CONTINENTAL
PETRÓLEO (80%)
ROTAS MARÍTIMAS (92%)
- 5ª BRASIL DESENVOLVIDO, JUSTO E DEMOCRÁTICO



Mas o Brasil é um país com estatura político-estratégica própria.

Nosso país tem interesses vitais característicos que definem esta estatura.

Necessita uma estratégia militar que defina o preparo e o emprego de suas Forças Armadas calcadas nos seguintes parâmetros (pág. a lado):

E por que precisa disso

OS VETORES DA INCERTEZA

Alguns temores têm atormentado a população mundial neste fim de século: o excessivo crescimento demográfico, a crise de desemprego, a poluição e destruição dos ecossistemas, o uso indiscriminado das reservas ambientais que assegurariam a sobrevivência da humanidade (que estariam localizadas justamente nos países com população mais despreparada para esse manejo), o narcotráfico, o terrorismo, o fanatismo religioso.

Esses vetores têm levado alguns estudiosos de renome internacional e distintas personalidades mundiais a estabelecerem uma nova adjetivação para a soberania. Desta forma



PREMISSAS DO PREPARO E EMPREGO ESTRATÉGICO

- 01 - ESTATURA POLÍTICO-ESTRATÉGICA DO BRASIL
- 02 - DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO DO PODER NACIONAL
- 03 - POSTURA ESTRATÉGICA DEFENSIVA
- 04 - FORÇAS NÃO NUCLEARES
- 05 - "CENÁRIOS 2.000"
- 06 - ABORDAGEM DE PLANEJAMENTO "TOP DOWN"
- 07 - OPÇÃO PELA QUALIDADE E RACIONALIDADE
- 08 - DISSUAÇÃO (DEFENSIVA)
- 09 - MATRIZ TECNOLÓGICA DUAL
- 10 - INTEROPERACIONALIDADE
- 11 - VERSATILIDADE, POLIVALÊNCIA E MOBILIDADE
- 12 - MOBILIZAÇÃO
- 13 - CONTRIBUIÇÃO PARA A PAZ, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA
- 14 - COMPROMISSO COM A AUTOESTIMA DECORRENTE DA INVENCIBILIDADE DAS ARMAS NACIONAIS

genético, a maior reserva de água doce e a maior área de terras agricultáveis ainda virgens deste planeta (fora as riquezas minerais conhecidas).

Nesse contexto: qual o tipo de soberania que pretendemos, poderemos ou deveremos ter?

CONCLUSÃO

Somos uma democracia multirracial, com um forte sentimento de unidade e identidade nacionais aliado a uma unidade lingüística e religiosa, constituindo um exemplo de convivência fraterna, sem nenhum contencioso com nossos dez vizinhos e com os quais vivemos em paz há 126 anos.

No entanto a pergunta *Forças Armadas, Para Que?* já não cabe mais.

O que cabe discutir é que tipo de Forças Armadas devemos ter. Porque essa resposta também define o tipo de nação que queremos ser.

Nossas Forças Armadas têm convivido com algumas vulnerabilidades que afetam o seu desempenho: a questão orçamentária; a difícil situação da indústria nacional de material de defesa; a inadequação das estruturas militares de paz e guerra; a

apareceram termos como: *soberania limitada, restrita ou compartilhada*. E a admitir o dever de ingerência e a intervenção humanitária. No caso do Brasil convém lembrar que somos o quarto país do mundo em terras contínuas, correspondendo a 5,8% das terras emersas do globo; que sua população, embora alcance quase 160 milhões de pessoas, ainda é muito litorânea e essencialmente urbana (quase 90%); que a nossa Amazônia, 54% do Brasil, é um vazio do ecúmeno e abriga riquezas incalculáveis, entre elas o maior banco bio-

questão da valorização do homem e o desconhecimento sobre as Forças Armadas.

Em recente palestra no III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Leonel, ao tratar da questão do estamento militar no limiar do século XXI, afirmava que a desinformação da sociedade brasileira sobre as Forças Singulares e sobre os militares era um dos grandes óbices para o equacionamento dos problemas militares, e que, sob esse manto, estavam o desconhecimento, o preconceito e até motivos ideológicos, os quais já deveriam há muito estar sepultados.

Naquela ocasião, ensinava que as transformações em curso traziam reflexos no campo militar com as seguintes características: instabilidade e incerteza dos

cenários estratégicos; rápida e continuada evolução da doutrina; obsolescência constante da tecnologia; possibilidade de ampla e rápida repercussão dos fatos; descentralização das operações militares; atuação em ambientes operacionais contrastantes; e, entre outras, o cumprimento de missões de variadas naturezas, desde operações de combate, até operações de paz.

Complementou o seu pensamento afirmando que o grande desafio que enfrentaremos será, portanto, o de ajustar a nossa organização, o seu desempenho e, especialmente, seus recursos humanos às variáveis desses novos tempos.

Como podem ver, cada tema desses comporta quase uma nova palestra, o que comprova a tese da desinformação, levantada pelo General Leonel.

É por isso que se torna importante a presença do pensamento militar nas Universidades, para que se discuta, junto às nossas elites, essa relação entre as Forças Armadas e a sociedade, qual são instrumento para que a Nação alcance atingir seus interesses maiores, a paz e justiça social, além de atingir também, no contexto das nações, o patamar que a sua estatura político-estratégica lhe dá direito.

Por derradeiro, trago reflexão do leitor o pensamento muito claro do major dos civilistas brasileiros:

A fragilidade dos meios de resistência de um povo acordado nos vizinhos, massa de benévolos veleidades inonadas; converte contra os desinteressados em ambiciosos, os fracos em fortes, os mansos em agressivos. (Rui Barbosa, "Carta Dorad... Inglaterra")